

MUNICÍPIO DE PAULISTA			
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PLANO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO : 2018			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	1	126.221.118,24	75.262.570,70
Receitas derivadas e originárias		67.784.212,58	63.248.660,13
Transferências correntes recebidas		-	-
Outros ingressos operacionais	2	58.436.905,66	12.013.910,57
Desembolsos		127.416.900,63	73.940.371,28
Pessoal e demais despesas		69.529.042,96	61.670.942,88
Transferências concedidas		-	-
Outros desembolsos operacionais	3	57.887.857,67	12.269.428,40
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		(1.195.782,39)	1.322.199,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Ingressos		-	-
Desembolsos		42.184,06	5.670,00
Aquisição de ativo não circulante		42.184,06	5.670,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)		(42.184,06)	(5.670,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		-	-
Desembolsos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I+II+III)		(1.237.966,45)	1.316.529,42
GERAÇÃO LÍQUIDA EXTRAORÇAMENTÁRIA (V)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO (VI) = (IV + V)		(1.237.966,45)	1.316.529,42
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	4	1.989.853,06	673.323,64
Caixa e Equivalentes de caixa final	4	751.886,61	1.989.853,06

Fonte: Public Soft

MUNICÍPIO DE PAULISTA		
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA		
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - PLANO FINANCEIRO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita de Contribuições	57.625.841,39	58.872.988,77
Remuneração das Disponibilidades	-	619.496,97
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.062.788,09	3.756.174,39
Total das Receitas Derivadas e Originárias	67.784.212,58	63.248.660,13

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - PLANO FINANCEIRO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Total das Transferências Recebidas	-	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	-	-
Total das Transferências Concedidas	-	-

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - PLANO FINANCEIRO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Previdência Social	69.529.042,96	61.670.942,88
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	69.529.042,96	61.670.942,88

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - PLANO FINANCEIRO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PLANO FINANCEIRO

1. Informações Gerais

Com sede e foro no município de Paulista-PE, o Instituto de Previdência Social do Município de Paulista, PREVIPAULISTA, é uma Autarquia Municipal, criado pela Lei nº 4012/2007, e é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Paulista.

O histórico sobre previdência social dos servidores públicos no Município do Paulista se inicia no convênio com o Estado de Pernambuco, através do extinto IPSEP, em 1980. No mesmo ano, com a Lei nº 1836, o Município assegurou à viúva cônjuge ou companheira do servidor municipal uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo regional. Já em 2001, em consequência dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, que, entre outros efeitos, desfez os convênios previdenciários entre Estado e seus Municípios, foi publicada a Lei nº 3.613 que, efetivamente, criou o benefício previdenciário de Pensão Por Morte para os servidores municipais do Paulista, regulamentando-o quanto aos critérios de acesso e pagamento. Finalmente, em abril de 2004, novamente sob os efeitos de uma Emenda Constitucional, a de nº 41 de 2003, a Lei nº 3783, cria o Fundo de Previdência do Município do Paulista – FUNPREV, trazendo para o Município a responsabilidade do pagamento de todos os benefícios previdenciários para seus servidores.

Assim nasceu o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Paulista. Em 2007, foi criada a unidade gestora única do RPPS municipal, substituindo o FUNPREV. Por meio da Lei nº 4012/2007 surge o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – PREVIPAULISTA. A Lei 4012/2007 teve duas alterações importantes – Lei nº 4102/2009 (estende o direito à pensão por morte ao companheiro(a) de relação homoafetiva) e a Lei nº 4191/2011 (promoveu a Segregação de Massa) – até ser revogada pela Lei nº 4227 em 2011, vigente até a data atual.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância à legislação vigente, em especial ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 7ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para atender plenamente ao disposto nas referidas normas, no que tange a adoção do regime de competência, diversos procedimentos estão sendo definidos e implementados, seguindo cronograma, previsto no plano de implantação dos procedimentos patrimoniais, conforme resolução STN nº 548/2015, informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, junto com a prestação de contas anual da prefeitura.

Foram elaboradas às seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração de Fluxo de Caixa.

O regime próprio de previdência do Município possui segregação de massas, sendo elaboradas demonstrações segregadas do plano financeiro e previdenciário.

Em razão da exigência do TCE/PE de constar notas para cada demonstração, ao invés de um arquivo único consolidando as notas explicativas, foram elaboradas notas individuais para cada relatório.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas ou mensuradas pelo seu valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, conforme previsto na legislação vigente.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Atualmente, é composto, em sua totalidade, de bens móveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PLANO FINANCEIRO

Em virtude de os bens móveis estarem registrados a valor histórico, o registro da depreciação depende do ajuste dos bens a valor justo, bem como de ferramenta adequada para controle e quantificação do valor da depreciação.

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Foi elaborada pelo método direto, conforme modelo definido no MCASP.

Considerando que a despesa paga é contabilizada pelo seu valor bruto, os outros ingressos e dispêndios operacionais compreendem os valores decorrentes do lapso temporal entre o pagamento líquido realizado aos credores, as respectivas retenções e recolhimentos. Ocorre também registros de valores de terceiros recebidos e pagos.

Nota 1 - As receitas constantes nesse item referem-se a receitas de contribuições arrecadadas no período.

Nota 2 – Representa os ingressos extraorçamentários, inclusive retenções, geradas pelo sistema PublicSoft.

Nota 3 - Representa os desembolsos extraorçamentários, inclusive pagamento de retenções, geradas pelo sistema PublicSoft.

Nota 4 - O valor informado como caixa e equivalentes de caixa neste demonstrativo equivale aos grupos: Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - evidenciados no balanço patrimonial - por tratar-se de numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, além de aplicação financeira, nos termos definidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Paulista, 31 de dezembro de 2018.

Robervânia Afonso Lins
Contadora – CPF 881.782.854-87
CRC 017.026/O-2

MUNICÍPIO DE PAULISTA			
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
EXERCÍCIO : 2018			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	1	45.924.555,94	1.887.709,05
Receitas derivadas e originárias		2.838.662,65	1.709.193,49
Transferências correntes recebidas		-	178.515,56
Desembolsos		43.124.925,38	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		2.799.630,56	1.887.709,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Ingressos		-	-
Desembolsos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		-	-
Desembolsos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I+II+III)		2.799.630,56	1.887.709,05
GERAÇÃO LÍQUIDA EXTRAORÇAMENTÁRIA (V)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO (VI) = (IV + V)		2.799.630,56	1.887.709,05
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	2	7.848.938,69	5.961.229,64
Caixa e Equivalentes de caixa final	2	10.648.569,25	7.848.938,69

Fonte: Public Soft

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita de Contribuições	2.838.662,65	1.709.193,49
Total das Receitas Derivadas e Originárias	2.838.662,65	1.709.193,49

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intragovernamentais	-	178.515,56
Total das Transferências Recebidas	-	178.515,56
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Total das Transferências Concedidas	-	-

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	-	-

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PLANO PREVIDENCIÁRIO

1. Informações Gerais

Com sede e foro no município de Paulista-PE, o Instituto de Previdência Social do Município de Paulista, PREVIPAULISTA, é uma Autarquia Municipal, criado pela Lei nº 4012/2007, e é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Paulista.

O histórico sobre previdência social dos servidores públicos no Município do Paulista se inicia no convênio com o Estado de Pernambuco, através do extinto IPSEP, em 1980. No mesmo ano, com a Lei nº 1836, o Município assegurou à viúva cônjuge ou companheira do servidor municipal uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo regional. Já em 2001, em consequência dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, que, entre outros efeitos, desfez os convênios previdenciários entre Estado e seus Municípios, foi publicada a Lei nº 3.613 que, efetivamente, criou o benefício previdenciário de Pensão Por Morte para os servidores municipais do Paulista, regulamentando-o quanto aos critérios de acesso e pagamento. Finalmente, em abril de 2004, novamente sob os efeitos de uma Emenda Constitucional, a de nº 41 de 2003, a Lei nº 3783, cria o Fundo de Previdência do Município do Paulista – FUNPREV, trazendo para o Município a responsabilidade do pagamento de todos os benefícios previdenciários para seus servidores.

Assim nasceu o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Paulista. Em 2007, foi criada a unidade gestora única do RPPS municipal, substituindo o FUNPREV. Por meio da Lei nº 4012/2007 surge o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – PREVIPAULISTA. A Lei 4012/2007 teve duas alterações importantes – Lei nº 4102/2009 (estende o direito à pensão por morte ao companheiro(a) de relação homoafetiva) e a Lei nº 4191/2011 (promoveu a Segregação de Massa) – até ser revogada pela Lei nº 4227 em 2011, vigente até a data atual.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância à legislação vigente, em especial ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 7ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para atender plenamente ao disposto nas referidas normas, no que tange a adoção do regime de competência, diversos procedimentos estão sendo definidos e implementados, seguindo cronograma, previsto no plano de implantação dos procedimentos patrimoniais, conforme resolução STN nº 548/2015, informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, junto com a prestação de contas anual da prefeitura.

Foram elaboradas às seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração de Fluxo de Caixa.

O regime próprio de previdência do Município possui segregação de massas, sendo elaboradas demonstrações segregadas do plano financeiro e previdenciário, bem como a demonstração consolidada do RPPS.

Em razão da exigência do TCE/PE de constar notas para cada demonstração, ao invés de um arquivo único consolidando as notas explicativas, foram elaboradas notas individuais para cada relatório.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas ou mensuradas pelo seu valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, conforme previsto na legislação vigente.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PLANO PREVIDENCIÁRIO

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Foi elaborada pelo método direto, conforme modelo definido no MCASP.

Nota 1 - As receitas constantes nesse item referem-se a receitas de contribuições e patrimoniais arrecadadas no período.

Nota 2 - O valor informado como caixa e equivalentes de caixa neste demonstrativo equivale aos grupos: Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - evidenciados no balanço patrimonial - por tratar-se de numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, além de aplicação financeira, nos termos definidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Paulista, 31 de dezembro de 2018.

Robervânia Afonso Lins
Contadora – CPF 881.782.854-87
CRC 017.026/O-2

MUNICÍPIO DE PAULISTA			
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO			
EXERCÍCIO : 2018			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	1	172.145.674,18	77.150.279,75
Receitas derivadas e originárias		70.622.875,23	64.957.853,62
Transferências correntes recebidas		-	178.515,56
Outros ingressos operacionais	2	101.522.798,95	12.013.910,57
Desembolsos		170.541.826,01	73.940.371,28
Pessoal e demais despesas		69.529.042,96	61.670.942,88
Transferências concedidas		-	-
Outros desembolsos operacionais	3	101.012.783,05	12.269.428,40
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		1.603.848,17	3.209.908,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Ingressos		-	-
Desembolsos		42.184,06	5.670,00
Aquisição de ativo não circulante		42.184,06	5.670,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)		(42.184,06)	(5.670,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		-	-
Desembolsos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I+II+III)		1.561.664,11	3.204.238,47
GERAÇÃO LÍQUIDA EXTRAORÇAMENTÁRIA (V)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO (VI) = (IV + V)		1.561.664,11	3.204.238,47
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	4	9.838.791,75	6.634.553,28
Caixa e Equivalentes de caixa final	4	11.400.455,86	9.838.791,75

Fonte: Public Soft

MUNICÍPIO DE PAULISTA		
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA		
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - CONSOLIDADO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita de Contribuições	60.464.504,04	60.582.182,26
Remuneração das Disponibilidades	-	619.496,97
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.062.788,09	3.756.174,39
Total das Receitas Derivadas e Originárias	70.622.875,23	64.957.853,62

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - CONSOLIDADO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Total das Transferências Recebidas	-	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	-	-
Total das Transferências Concedidas	-	-

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - CONSOLIDADO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Previdência Social	69.529.042,96	61.670.942,88
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	69.529.042,96	61.670.942,88

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - CONSOLIDADO		
EXERCÍCIO : 2018		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DADOS CONSOLIDADOS

1. Informações Gerais

Com sede e foro no município de Paulista-PE, o Instituto de Previdência Social do Município de Paulista, PREVIPAULISTA, é uma Autarquia Municipal, criado pela Lei nº 4012/2007, e é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Paulista.

O histórico sobre previdência social dos servidores públicos no Município do Paulista se inicia no convênio com o Estado de Pernambuco, através do extinto IPSEP, em 1980. No mesmo ano, com a Lei nº 1836, o Município assegurou à viúva cônjuge ou companheira do servidor municipal uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo regional. Já em 2001, em consequência dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, que, entre outros efeitos, desfez os convênios previdenciários entre Estado e seus Municípios, foi publicada a Lei nº 3.613 que, efetivamente, criou o benefício previdenciário de Pensão Por Morte para os servidores municipais do Paulista, regulamentando-o quanto aos critérios de acesso e pagamento. Finalmente, em abril de 2004, novamente sob os efeitos de uma Emenda Constitucional, a de nº 41 de 2003, a Lei nº 3783, cria o Fundo de Previdência do Município do Paulista – FUNPREV, trazendo para o Município a responsabilidade do pagamento de todos os benefícios previdenciários para seus servidores.

Assim nasceu o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Paulista. Em 2007, foi criada a unidade gestora única do RPPS municipal, substituindo o FUNPREV. Por meio da Lei nº 4012/2007 surge o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – PREVIPAULISTA. A Lei 4012/2007 teve duas alterações importantes – Lei nº 4102/2009 (estende o direito à pensão por morte ao companheiro(a) de relação homoafetiva) e a Lei nº 4191/2011 (promoveu a Segregação de Massa) – até ser revogada pela Lei nº 4227 em 2011, vigente até a data atual.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância à legislação vigente, em especial ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 7ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para atender plenamente ao disposto nas referidas normas, no que tange a adoção do regime de competência, diversos procedimentos estão sendo definidos e implementados, seguindo cronograma, previsto no plano de implantação dos procedimentos patrimoniais, conforme resolução STN nº 548/2015, informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, junto com a prestação de contas anual da prefeitura.

Foram elaboradas às seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração de Fluxo de Caixa.

O regime próprio de previdência do Município possui segregação de massas, sendo elaboradas demonstrações segregadas do plano financeiro e previdenciário, bem como a demonstração consolidada do RPPS.

Em razão da exigência do TCE/PE de constar notas para cada demonstração, ao invés de um arquivo único consolidando as notas explicativas, foram elaboradas notas individuais para cada relatório.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas ou mensuradas pelo seu valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, conforme previsto na legislação vigente.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Atualmente, é composto, em sua totalidade, de bens móveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DADOS CONSOLIDADOS

Em virtude de os bens móveis estarem registrados a valor histórico, o registro da depreciação depende do ajuste dos bens a valor justo, bem como de ferramenta adequada para controle e quantificação do valor da depreciação.

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Foi elaborada pelo método direto, conforme modelo definido no MCASP.

Considerando que a despesa paga é contabilizada pelo seu valor bruto, os outros ingressos e dispêndios operacionais compreendem os valores decorrentes do lapso temporal entre o pagamento líquido realizado aos credores, as respectivas retenções e recolhimentos. Ocorre também registros de valores de terceiros recebidos e pagos.

Nota 1 - As receitas constantes nesse item referem-se a receitas de contribuições arrecadadas no período.

Nota 2 – Representa os ingressos extraorçamentários, inclusive retenções, geradas pelo sistema PublicSoft.

Nota 3 - Representa os desembolsos extraorçamentários, inclusive pagamento de retenções, geradas pelo sistema PublicSoft.

Nota 4 - O valor informado como caixa e equivalentes de caixa neste demonstrativo equivale aos grupos: Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - evidenciados no balanço patrimonial - por tratar-se de numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, além de aplicação financeira, nos termos definidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Paulista, 31 de dezembro de 2018.

Robervânia Afonso Lins
Contadora – CPF 881.782.854-87
CRC 017.026/O-2